



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

JESSYKA FERREIRA

**FORMAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL: BASES TEÓRICAS DA
PSICOLOGIA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Brasília - DF

2013

JESSYKA FERREIRA

**FORMAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL: BASES TEÓRICAS DA
PSICOLOGIA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Maria da Conceição da Silva Freitas.

Brasília - DF

2013

Comissão examinadora:

Profª Drª Maria da Conceição da Silva Freitas (Orientador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profª Drª Olgamir Francisco de Carvalho
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profª Msc. Luzia Costa de Sousa
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Data da aprovação: 08/03/2013

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (Marciel e Evanilda) e ao meu irmão Marcello, pelos ensinamentos, pelo carinho e pela compreensão em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pelo dom da vida e pela oportunidade de estudar em uma Universidade Pública.

À minha família, em especial, aos meus pais, pelo amor incondicional, pelo apoio e incentivo ao longo de toda a minha vida.

Ao meu irmão, Professor Msc. Marcello Ferreira, por todo carinho e por todos os ensinamentos ao longo da minha vida – pessoal, acadêmica e profissional.

Às Professoras Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas e Msc. Luzia Costa de Sousa, pelos ricos momentos de orientação.

À Professora Dr^a. Helvia Leite Cruz, pelo incentivo ao tema e pelas significativas contribuições a este trabalho.

Aos professores e funcionários da Universidade de Brasília (UnB), por viabilizarem o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos e às amigas, em especial: Adriana Menke, Érika Radespiel, Gabriela Hottum, Thais Áthina e Thiago Machado, pela amizade e pelos momentos descontraídos que tornam a vida mais leve.

Desejo agradecer a todos – familiares, amigos, colegas e conhecidos – que, de maneira ou outra, contribuíram para o êxito deste trabalho, mesmo que os nomes não estejam aqui explícitos.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo trata sobre as bases teóricas da formação do Orientador Educacional. A compreensão da formação do Orientador Educacional, no contexto das atuais perspectivas do mundo do trabalho, requer uma análise detalhada das bases teóricas que fundamentam sua ação centrada na evolução dos conceitos psicológicos e histórico-sociais, além dos fundamentos educacionais. O propósito foi abordar a Orientação Educacional, como área do conhecimento no contexto do trabalho da Orientação na escola. A questão central é: será que, de fato, as bases teóricas psicológicas da formação do Orientador Educacional dão conta de seu trabalho na escola? Por seu turno, os objetivos específicos são: conhecer sobre a Orientação Profissional no Brasil; abordar e discutir algumas bases teóricas da Psicologia que norteiam o trabalho da Orientação Vocacional; caracterizar alguns fundamentos do mundo do trabalho no contexto atual da Orientação Profissional; mapear, por um recorte metodológico, a formação de Orientadores Educacionais que atuam nas escolas públicas da educação básica do Distrito Federal. O interesse pela temática surgiu de uma evidência e de duas suposições: a evidência, proveniente da literatura consultada, de que a formação do Orientador Profissional não estaria adequadamente contemplada nas formações tradicionais do curso de Pedagogia; a primeira suposição é a de que esta inadequação se daria pelo desconhecimento, por esse profissional, das teorias apropriadas para o seu trabalho; e a segunda, de que esse desconhecimento não habilitaria efetivamente o profissional da Orientação Profissional na condução de seu desempenho frente à atual realidade do mundo do trabalho e seus impactos na formação. Estas hipóteses foram testadas pela aplicação e análise de questionários junto a profissionais da área de Orientação Educacional, em três escolas da rede pública. Os resultados revelam que a formação dos respondentes deu-se no sistema de habilitações e de pós-graduação; a duração média de tempo de serviço na mesma escola é de 13 anos; e, ainda, a existência de uma não identificação da abordagem teórica utilizada no trabalho cotidiano com a Orientação. Conclui-se que, para enfrentar os desafios no campo da educação e do trabalho, decorrentes do atual desenvolvimento tecnológico, se faz necessária a formação continuada dos profissionais que atuam na área da Orientação Educacional e Profissional.

***Palavras-chave:** Orientação Educacional; Orientação Profissional; Trabalho; Formação do Orientador Educacional; Teorias Psicológicas em Educação.

ABSTRACT

This study focuses on the theoretical basis of the formation of Guidance Counselor. The understanding of the formation of the Guidance Counselor in the context of current perspectives in the world of work requires a detailed analysis of the theoretical basis underlying its action focused on the evolution of psychological concepts and history-social, and educational fundamentals. The purpose was to discuss the Educational Guidance, as an area of knowledge in the context of the work of Guidance at school. The central question is: will, in fact, the theoretical psychological training of Guidance Counselor realize their work in school? On the other hand, the specific objectives are: to know about the career counseling in Brazil; approach and discuss some theoretical foundations of psychology that guide the work of the Vocational Guidance; characterize some fundamentals of the working world in the current context of the Vocational Guidance; map for one methodological approach, the formation of Educational Advisors who work in the public schools of basic education in the Federal District. The interest in the subject arose from evidence and two assumptions: the evidence from the literature, that the formation of the Professional Advisor would not be adequately addressed in traditional formations of the Faculty of Education, the first assumption is that this inadequacy is would by ignorance, by that professional theories appropriate to their work, and the second assumption, that this ignorance was not effectively would enable the professional Career Guidance in conducting their performance against the current reality of the world of work and its impact on education. These hypotheses were tested by applying and analyzing questionnaires to professionals Educational Guidance in three public schools. The results show that the formation of the respondents gave up the system of education and graduate, the average length of service time in the same school is 13 years, and also the existence of a failure to identify the theoretical approach in the daily work with the Guidance. We conclude that, to meet the challenges in the field of education and employment arising from the current technological development, it is necessary continuing education of professionals working in the area of Educational and Vocational Guidance.

***Keywords:** Educational Guidance, Career Guidance, Labor, Vocational Educational Advisor; Psychological Theories in Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idades e médias etárias das Orientadoras	37
Gráfico 2 – Região da escola em que trabalham as Orientadoras	38
Gráfico 3 – Tempo de Trabalho das Orientadoras na escola.....	38
Gráfico 4 – Número de Escolas que desenvolvem ação de responsabilidade social.....	40

SUMÁRIO

MEMORIAL	12
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I.....	18
1. Orientação Educacional e Profissional no Brasil	18
1.1 Trabalho em Transformação – Alguns Aspectos	21
CAPÍTULO II.....	22
2. Breve Histórico das Principais Teorias em Orientação Profissional.....	22
2.1 Teorias não-psicológicas	22
2.2 Teorias Psicológicas	23
2.3 Teoria Traço e Fator	23
2.4 Teorias Psicodinâmicas	24
2.5 Teorias Desenvolvimentistas.....	25
2.6 Teorias Decisórias	26
2.7 Teorias Gerais.....	27
2.8 Nova Classificação das Teorias	28
2.9 Teorias Tradicionais (Abordagem Liberal).....	28
2.10 Teorias Críticas.....	29
2.11 Teorias para além da crítica.....	32
2.12 A Abordagem Orientação para Carreira.....	33
2.13 A Orientação Profissional na Atualidade	33
CAPÍTULO III	35
3. Metodologia.....	35
3.1 Amostra e os Sujeitos da Pesquisa	36
3.2 Análise e Resultado dos dados	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	44
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	47

MEMORIAL

O início da década de 90 foi marcado, no mundo, por acontecimentos que transformaram a organização social e a forma de vida das pessoas: o fim da Guerra Fria, simbolizando a consolidação do processo democrático no planeta e a instauração da Globalização como a “Nova Ordem Mundial”, o fortalecimento do Capitalismo como o principal sistema socioeconômico e a popularização do computador pessoal e do acesso à rede mundial de computadores – Internet.

No Brasil, o final do período da Ditadura Militar em 1988, após 24 anos do Regime, possibilitou a realização de eleições diretas que levaram à eleição de Fernando Collor de Melo cuja posse em 1990, em meio a grande instabilidade política e econômica, foi pano de fundo para um grande movimento pelo desenvolvimento social, econômico, político, científico e tecnológico do país.

Nesse contexto mundial e brasileiro de fortalecimento das instituições democráticas e da ampliação dos meios de comunicação em massa, em 14 de janeiro de 1991, oriunda de família de classe média de Brasília, foi dada à luz Jessyka Ferreira, brasiliense, branca, estatura e peso regulares, saudável.

Segunda filha e caçula, os primeiros anos da infância se deram em um ambiente familiar de fortes e estruturados laços afetivos, permeado pela convivência com o irmão, os avós, os tios e os primos. Tal ambiente proporcionou que a primeira etapa da vida ocorresse de forma coletiva, estruturando acentuadamente a dimensão social e relacional. Este período foi, ainda, marcado pelo aprendizado lúdico dos primeiros significados do mundo, pelo constante incentivo ao aprendizado e pela resignificação dos laços paternos.

Consolidada a linguagem oral, mais especificamente, a fala, o mundo e a vida social tomaram outra forma. A expressão objetiva e mais coerente dos desejos e dos sentimentos marcou claramente a passagem da fase de “bebê” para a fase de “criança”, o que ficou ainda mais notório com o início da vida escolar aos 4 anos.

O Colégio Monte Carlo, localizado na região administrativa do Gama a 30 quilômetros de Brasília, foi o cenário do primeiro contato com a educação formal. Tradicional instituição de ensino de linha pedagógica predominantemente sócio-construtivista, o início da trajetória escolar traz lembranças de momentos prazerosos (brincadeiras, pinturas, jogos, “novas amizades”, etc.) e muitas novidades. Há, na memória, o registro da presença da mãe e do irmão, que estudava na mesma escola, como *flashes* de um momento ainda muito

permeado da ruptura entre a vida exclusivamente familiar e aquela nova de natureza social. Há que se registrar, ainda, não haver na memória uma lembrança concreta da professora (a “tia”), para o que não é possível formular, de imediato, uma explicação.

Uma inesperada mudança da região administrativa do Gama para a do Guará promoveu, por consequência, também uma mudança de escola. Na nova escola, as atividades desenvolvidas não se dirigiam ao objetivo da alfabetização e, aos 6 anos, ainda sem proficiência em leitura e escrita, a família decidiu pela matrícula em outra instituição de ensino. Cabe aqui ressaltar que as famílias de classe média, isto é, aquelas que dispõem de condições financeiras para matricular seus filhos em escolas particulares, costumam ter uma visão pragmática do ensino; com o objetivo de mensurar a eficiência do colégio dos filhos, costumam comparar o nível de aprendizagem com o de outras crianças na mesma faixa etária, comumente associando o eventual baixo nível de aprendizagem do filho a uma suposta ineficácia da escola. Sabe-se, contudo, que esta comparação é inadequada, pois várias teorias de aprendizagem discutem a complexidade do processo de ensino-aprendizagem e as diferenças dos níveis de desenvolvimento cognitivo entre as crianças de mesma faixa etária.

O estágio da educação infantil – etapa educacional que compreende a primeira fase da educação básica (BRASIL, 1996) – foi concluído em outra escola, com êxito no processo de alfabetização. É válido destacar que esta escola era de menor porte e de menos tradição, se comparada àquela que a antecedeu. Talvez este fato seja um dos axiomas da educação: a aprendizagem se dá pela correta interação entre os seus elementos (sujeito, objeto e métodos) e não somente por suas condições estruturantes.

Sucessivamente, o ensino fundamental, em suas duas etapas, no contexto da ampliação do número de alunos por turma, bem como de professores, fortaleceu os vínculos sociais, promoveu condições para a ampliação da autonomia (afastando-se do modelo de tutoria da “tia” sempre presente) e, principalmente, permitiu a ampliação de conhecimentos, favorecendo a formação da identidade sociocultural.

No ensino médio, no complexo contexto da adolescência, fortaleceu-se a lógica da vida em grupo; mais do que isso, à colocação na “tribo” de interesses comuns. Foi também neste período que a família foi reposicionada e novos modelos passaram a ser opção de comportamento e ação. Nesta etapa, vários conflitos de natureza pessoal vieram à tona: (a) “quem sou e qual a minha posição no mundo?”; (b) “como não ser careta sem ser rebelde?”; (c) “o que vou fazer da vida?”. Todos esses questionamentos se repetem, nas mais diversas variações, no inconsciente de todos os adolescentes, mas a adolescência faz as incertezas

parecerem ser tão exclusivas e instigantes que parece, nesta época, não haver no mundo outra missão, senão o autoconhecimento.

Justamente em meio à difícil tarefa de se conhecer e se posicionar perante o mundo, os jovens têm logo de definir o que cursarão no ensino superior e, portanto, em que possivelmente trabalharão por toda a vida adulta. Trata-se, é notório, de uma decisão rigorosamente complexa, a qual exige um nível de maturidade e de compreensão de mundo normalmente não observados em jovens que misturam preocupações que variam da posição frente às questões ambientais e a roupa a ser utilizada na festa de formatura. É este jovem que, com um “X” na ficha de inscrição para o vestibular, deve optar, entre oceanografia, estatística e direito ou mecatrônica, artes plásticas ou antropologia.

No último ano do ensino médio, na imersão dos mais diversos e naturais conflitos da adolescência, carente de adequada orientação profissional, foi feita a opção pelo curso de Pedagogia, tendo por base a perspectiva de ser professora, considerada a solidez e a segurança da profissão. Alguns conselhos foram pesados e também analisados a estrutura do curso e o mercado de trabalho para os egressos. Os elementos analisados para a escolha do curso foram, seguramente, em menor número que o necessário para a realização de uma escolha tão importante. Contudo, a carência de Orientação Profissional adequada foi um grande incentivo para, em 2009, ingressar no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB).

Durante o curso, a formação foi direcionada para a área de Orientação Educacional, fosse pelas disciplinas cursadas, fosse pelos projetos de consolidação da formação. A propósito dessa formação, destacam-se, dentre as disciplinas com maior influência acadêmica, as de *Orientação Educacional* e de *Orientação Vocacional Profissional*, com foco na estruturação conceitual da área de Orientação, no desenho das atribuições típicas e na análise crítica do que a literatura apresentou como o modelo vigente. Nesse contexto, aulas, seminários, livros e artigos científicos foram fontes para a confirmação da hipótese original: o Brasil carece da formação qualificada de profissionais da Orientação Educacional, particularmente da Orientação Profissional. Por este motivo, este trabalho se propõe a discutir alguns dos elementos teóricos da área da Orientação Educacional e reverberar algumas das mais recentes pesquisas acadêmicas nesta área.

INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa pode ser formulado por meio da seguinte questão de pesquisa: Será que a fundamentação teórica, com base nos princípios do campo da psicologia – adquirido no curso de formação dos orientadores – é utilizado e suficiente para dar conta das questões postas no cotidiano do trabalho - desenvolvido pelos profissionais que atuam na Orientação Educacional no âmbito da dimensão da Orientação Profissional¹? Ou seja, quais são os desafios que os Orientadores Educacionais se defrontam diante do impacto das mudanças no mundo do trabalho e seus reflexos na prática cotidiana da escola?

O objetivo geral, portanto, é abordar a Orientação Profissional, como campo do conhecimento e no contexto das mais recentes transformações do mundo do trabalho, à luz das bases teóricas da Psicologia que embasam o trabalho da Orientação Profissional na escola. Por seu turno, os objetivos específicos são: conhecer sobre a Orientação Profissional no Brasil; abordar e discutir algumas bases teóricas da Psicologia que norteiam o trabalho da Orientação Vocacional; caracterizar alguns fundamentos do mundo do trabalho no contexto atual da Orientação Profissional; mapear, por um recorte metodológico, a formação de Orientadores Educacionais que atuam nas escolas públicas da educação básica do Distrito Federal; investigar e analisar a formação do Orientador Educacional, no que tange a escolha de seu curso, o tipo de habilitação ou especialização cursada, além da prática de seu trabalho nas escolas; discutir as relações entre as bases teóricas da Psicologia e a Orientação Profissional, à luz do atual cenário do mundo do trabalho.

Essa análise, contudo, tem natureza complexa: trata-se da Orientação Profissional, particularmente no Brasil, por tratar-se de campo do conhecimento relativamente recente, sob a ótica da consolidação dos mais importantes conceitos em Educação, e pouco sistematizada em função da baixa recorrência de pesquisas acadêmicas e de amplos domínios de estudo, como fica evidenciado por Melo-Silva, Lassance e Soares:

Descrever e analisar criticamente o estado-da-arte em Orientação Profissional no Brasil é uma tarefa desafiadora dada

¹ A Orientação Profissional é uma atividade que faz parte do processo de orientação vocacional, que surge desde o momento em que foram identificadas as diferenças individuais. Oficialmente, surgiu nos EUA, em 1909, com Frank Parsons (Choosing a vocation). Sua principal atividade era a Orientação Profissional, pois, através do aconselhamento profissional se consolidava a possibilidade de ajustar os sujeitos às profissões, “O homem certo no lugar certo”, com vistas a evitar a ruptura social. Posteriormente, o aconselhamento vocacional expande-se para as escolas, e, desta forma, tem início a implantação do serviço de orientação educacional (GIACAGLIA, 2003, p. 10).

a dimensão territorial, a variedade e complexidade de serviços, a ausência de estudos sistematizados que retratem a realidade do país como um todo, as divergências nos conceitos utilizados para descrever os fazeres da Orientação Profissional desenvolvidos no âmbito da Educação e Trabalho sob a perspectiva da Psicologia e, sobretudo, porque a primeira revista científica brasileira específica nesse domínio foi publicada apenas em 1997 (MELO-SILVA, LASSANCE e SOARES, 2004, p. 32).

Ainda que a revisão bibliográfica sobre a temática da Orientação Educacional no Brasil nos permita levantar algumas hipóteses que serão objeto de aprofundamento desta pesquisa, o recorte metodológico ora proposto terá subsídio na aplicação e na análise de questionários submetidos a profissionais de Orientação Educacional, particularmente em atividade na área de Orientação Profissional, em suas respectivas Instituições de Ensino da rede pública do Distrito Federal.

A delimitação de público-alvo da pesquisa decorreu de uma evidência e de uma suposição: a evidência é a de que a Orientação Profissional, como prática educacional, não estaria democraticamente consolidada:

A Orientação Profissional, como uma prática majoritariamente voltada para estudantes que aspiram à carreira universitária, ou o “teste vocacional” no senso comum, está consolidada. Como o acesso à universidade e à orientação profissional não é amplamente democrático, nesse cenário há necessidade de ampliação do atendimento nas redes da Educação e Trabalho e de avaliação e aperfeiçoamento das práticas instituídas (MELO-SILVA, LASSANCE e SOARES, 2004, p. 32).

A suposição que motivou a delimitação dos profissionais de Orientação Educacional da rede pública do Distrito Federal no âmbito desta pesquisa foi a de que seria possível melhor compreender a estruturação conceitual da Orientação Profissional por meio da associação articulada entre o que a produção científica sobre o tema apresenta como subsídio à sua compreensão e as concepções extraídas dos profissionais que atuam cotidianamente com esta temática.

As perspectivas do mundo do trabalho são, também, objetos de análise desta pesquisa, a exemplo: a importância da escolha de uma profissão do estudante do Ensino Médio, os fatores que determinam a escolha profissional, a necessidade dos estudantes de obterem informações sobre o mundo do trabalho para a escolha de uma ocupação entre outros aspectos. Acredita-se, além disso, que uma adequada Orientação Profissional é a perspectiva dos jovens para o bom ingresso no mundo do trabalho:

Na perspectiva dos orientadores, quanto mais pessoas puderem beneficiar-se com Serviços de Orientação qualificados e desenvolvidos por técnicos competentes e credenciados, melhor será para o desenvolvimento da carreira pessoal e profissional dos cidadãos e para o país (MELO-SILVA, LASSANCE e SOARES, 2004, p. 32).

Com origem epistemológica na Educação, a Orientação Profissional, nas últimas décadas, teve grande aproximação conceitual com o campo de conhecimento da Psicologia, haja vista a concepção de que os fenômenos de aconselhamento e de decisão teriam íntima ligação com os aspectos psicológicos constituídos no indivíduo em cada fase do seu desenvolvimento humano. Por essa razão, é necessária melhor compreensão das bases teóricas da Psicologia para a compreensão do fenômeno da Orientação Profissional.

Assim, ficam reunidos os elementos que serão desenvolvidos nesta pesquisa. Há, sem dúvidas, uma realidade complexa do mundo do trabalho, para a qual os jovens têm de se preparar continuamente; há nesse sentido, também, um papel muito importante da escola, que deverá proporcionar a estes jovens as condições necessárias de refletir sobre a sua escolha.

Nesse contexto, a Orientação Profissional tem por atribuição intermediar e articular os mecanismos necessários ao suporte do jovem em sua escolha. Para demonstrar, pois, a viabilidade de a Orientação Profissional cumprir tal função, é requerida sua melhor compreensão, à luz não apenas do atual contexto do mundo do trabalho, mas também, e principalmente, das bases teóricas que constituem este campo do conhecimento.

Sob o ponto-de-vista de sua organização, este trabalho apresenta, além do memorial acadêmico e desta seção introdutória que vai seguida pela apresentação dos procedimentos metodológicos desenvolvidos na pesquisa, as seguintes seções: um capítulo de abordagem teórica introdutória sobre a temática da pesquisa, denominado “Orientação Educacional e Profissional no Brasil”; um outro, de caráter teórico, designado “Breve Histórico das Principais Teorias em Orientação Profissional”; o terceiro capítulo, de natureza sintética, denominado “Metodologia”; e, por fim, as Considerações Finais e Perspectivas Profissionais.

CAPÍTULO I

1. ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL NO BRASIL

Nas sociedades primitivas, o trabalho se constituía de técnicas e se operava por ferramentas com a finalidade de proporcionar aos indivíduos os meios necessários à sua existência. Na Grécia antiga, pela visão dos filósofos Platão e Aristóteles, o trabalho era uma atividade exclusivamente física destinada ao sustento, portanto pouco valorado socialmente. Já na Idade Média, no contexto do sistema feudal, o conceito de trabalho sucumbiu às relações servis daquela época e, por esse motivo, assumiu fortemente a conotação de sujeição e exploração. (NEFFA, 1999)

Das concepções de trabalho existentes nas sociedades primitivas, na Grécia antiga e na Idade Média, observa-se que a produção de bens e recursos voltava-se, exclusivamente, à necessidade local, isto é, de sobrevivência do grupo em que o trabalho era desenvolvido. Dessa maneira, o conjunto de atividades era restrito ao contexto particular e o seus executores as desempenhavam por obrigação social ou por dominação cultural.

Com a decadência do sistema feudal e sua transição para o sistema capitalista, impulsionada pela invenção da máquina a vapor a carvão mineral, surge na Inglaterra, entre o final do século XVIII e início do século XIX, a Revolução Industrial, com o desenvolvimento, principalmente, da indústria têxtil e da locomotiva a vapor, que viabilizou o transporte de mercadorias.

No contexto do fortalecimento da indústria como o principal meio produtor da nova sociedade capitalista, é instaurado um processo produtivo de bens, do que deriva a diversificação de funções e postos de trabalho.

A Orientação Educacional tem registro histórico de início nos primeiros anos do século XX (nos EUA e na Europa – com Centros de Orientação Profissional), como ramo da Orientação Profissional, no contexto do desenvolvimento da indústria norte-americana. Àquela altura, a classe industrial preocupava-se em maximizar a produtividade e, conseqüentemente, os lucros, do que dependia diretamente um determinado nível de ajuste da aptidão profissional do trabalhador à respectiva atividade laboral.

Não apenas como campo do conhecimento, mas como abordagem teórico-prática, a Orientação Educacional no Brasil, enfrenta questões das mais diferentes ordens, particularmente com relação à estruturação, à efetividade e ao desenvolvimento da área:

No cenário nacional como um todo, observa-se insuficiência de atendimento e desarticulação de Serviços de Orientação Educacional, Vocacional e Profissional no Sistema Educacional e do Trabalho em todos os níveis. Os próprios profissionais da orientação desconhecem a quantidade de iniciativas existentes, exatamente pela inacessibilidade a redes de informações sobre projetos, serviços e programas em um país de dimensão continental. Conhecer tais experiências é relevante, pois o orientador pode atuar na educação regular e profissional, em todos os níveis, e pode intervir em programas de desenvolvimento de carreira, colocação e geração de renda (MELO-SILVA, LASSANCE e SOARES, 2004, p. 45).

No Brasil, já na década de 1930, a Orientação Profissional se substancia no cenário econômico paulista da exportação do café e do eminente – embora tardio – desenvolvimento da indústria. Para Grinspun (2001, p. 18), a origem formal da Orientação Educacional brasileira, em 1924, remonta ao Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo, particularmente à figura do engenheiro suíço Roberto Mange, com o objetivo original de oferecer aos alunos do curso de Mecânica um serviço de escolha e de orientação profissional.

Grinspun (2001) afirma ainda que, em 1931, Lourenço Filho criou o primeiro serviço público de Orientação Profissional no Brasil, que seguiu no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, porém, em 1935, chegou ao fim.

No período de 1942 a 1946, as Leis Orgânicas do Ensino fazem referência à Orientação Educacional, mas não havia cursos específicos para essa profissão. Neste caso, por meio de seleções não especificadas, algumas pessoas ocupavam a função denominada ‘técnico de educação’. Já em 1947, os Orientadores Educacionais eram direcionados às Escolas Técnicas e Industriais.

Com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), em 1961, a Orientação retorna em posição de destaque na Educação, a partir de um capítulo que ressalta a formação de orientadores educacionais para os cursos primário e secundário.

Em 1968, através da Lei 5564/68, a profissão de orientador foi sancionada. Daí surgiu a profissionalização na área, guiada por uma linha psicológica e preventiva. O objetivo era contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do aluno. Neste período surgiu a obrigatoriedade da formação do especialista em nível superior nas habilitações de Orientação Educacional, Supervisão e Administração Escolar.

O Decreto-lei 72846/73, por sua vez, regulamentou as imputações do Orientador Educacional, confirmando o caráter psicológico da Orientação (GRINSPUN, 2001).

No ano de 1971 foi decretado que a Orientação Educacional abrangeria o ensino de 1º e 2º graus pela Lei de Diretrizes e Bases Nº 5692/71. Na realidade, o intuito era o de proporcionar o ensino profissionalizante, obrigatório que, por meio do aconselhamento vocacional, apresentaria as futuras profissões, visando às necessidades do mercado de trabalho.

A LDB 9394/96 – artigo 64 apresenta sobre a formação dos Orientadores Educacionais:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

A atuação do Orientador Educacional, por vezes, aparece de maneira indefinida. Este profissional realiza atividades que não são do âmbito de sua função. Primeiramente, atendia aos alunos-problema e às inadequações escolares. Isto é, o papel desempenhado era basicamente de ajustar e prevenir os problemas da escola. A Orientação Educacional e as equipes gestoras das Instituições de Ensino, na década de 1970, principalmente a primeira, não perceberam a importância de seu papel, como afirma Grinspun (2003, p. 20): "tenta-se resgatar a importância da escolaridade para as estratégias de vida das camadas populares, chamando a atenção para a estrutura interna da escola como um dado significativo para o desempenho dos alunos. A Orientação estava dentro da escola e não se deu conta do seu papel".

Nesse sentido, a Orientação Educacional, em 1980, passa a ser discutida e questionada. E o Orientador envolve-se em todos os momentos da escola: currículo, objetivos, procedimentos, avaliação, metodologia, preocupando-se com o processo de aprendizagem dos alunos. Além disso, Grinspun (2001, p. 23) afirma que “o orientador queria trabalhar com o aluno como um sujeito histórico, crítico e social”.

Atualmente, a Lei 9394/96 não apresenta a obrigatoriedade da Orientação nas Escolas, mas para Grinspun (2001, p. 27) “por efetiva consciência profissional, o orientador tem espaço próprio junto aos demais protagonistas da escola para um trabalho pedagógico integrado, compreendendo criticamente as relações que se estabelecem no processo

educacional.” Apesar da não obrigatoriedade, algumas Instituições de Ensino apresentam em sua equipe gestora, o Orientador Educacional:

A realidade profissional diversa que o administrador escolar encontra também acontece com o orientador educacional. Em alguns estados brasileiros, na rede escolar estadual, o orientador faz parte da equipe de gestão escolar, como acontece com o Distrito Federal e os estados de Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, por exemplo, enquanto que, em outros, tal profissional não existe (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008).

Para Millet (1987, p. 43), “é necessário pensar junto com os alunos sobre o ambiente que os circunda e as relações que estabelecem com esse ambiente, para que, tomando consciência da expropriação a que são submetidos, sintam-se fortalecidos para lutar por seus direitos de cidadãos”. De acordo com a autora, casos como indisciplina, agressividade, dificuldades de aprendizagem devem ser abordados com cautela, ou seja, é necessário pensar nas diversas relações: aluno-escola, aluno-família, aluno-comunidade, aluno-aluno, professor-aluno, aluno conteúdo. O Orientador, na visão da autora, excede o espaço escolar envolvendo-se com a comunidade também.

1.1 TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO – ALGUNS ASPECTOS

O trabalho é transformação, através dele o homem modifica o mundo e a si mesmo:

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder” (LUKÁCS, 1979^a, p.16 apud SILVA Jr. e GONZÁLEZ, 2001).

Ainda conforme Lukács (2001), o trabalho gera um resultado que já estava presente na ideia do trabalhador, a isso ele denomina de teleologia, ou seja, há um projeto na mente antes do resultado, há um sujeito que pensa. Lukács evidencia um processo de objetivação pelo trabalho. O trabalho une o pensamento à realidade, ou seja, a ideia ao objeto. Todavia, a apropriação do trabalho gera relações sociais e uma segunda natureza humana, que não é totalmente compreendida pelo trabalhador.

O Orientador tem como objetivo ideal do seu trabalho orientar, aconselhar profissionalmente. Buscamos saber qual é o resultado deste trabalho realizado pelo orientador.

CAPÍTULO II

2. BREVE HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS TEORIAS EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Para explicitar sobre a classificação das teorias em Orientação Profissional, Bock afirma que:

Uma sistematização teórica faz-se necessária para situar o que hoje se entende por orientação profissional. Vários autores brasileiros utilizam a classificação elaborada por Crites, que agrupa as teorias na área de orientação profissional em três grandes blocos, denominadas por ele: 1) teorias não-psicológicas; 2) teorias psicológicas, e; 3) teorias gerais (BOCK, 2006, p. 27).

Para Bock (2006), as teorias não-psicológicas podem ser entendidas pela escolha profissional do indivíduo que é causada por elementos externos a ele. As teorias psicológicas, por sua vez, analisam os determinantes internos do indivíduo que explicariam seus movimentos de escolha. Por fim, as teorias gerais procuram entender a escolha profissional determinada por aspectos psicológicos ou socioeconômicos. Estas teorias não formulam novas abordagens, mas justapõem as anteriores.

2.1 TEORIAS NÃO-PSICOLÓGICAS

As teorias não-psicológicas compreendem que os elementos externos ao indivíduo influenciam na escolha profissional. Dentre os elementos que influenciam estão: teoria do acidente; teoria econômica; teoria cultural e sociológica. Essas teorias apresentam o momento em que os indivíduos inserem no trabalho.

Em relação à teoria do acidente, as pessoas optam por uma profissão por acaso, a partir das circunstâncias inesperadas. A teoria econômica procura explicitar que o número de trabalhadores é diferente da quantidade de ocupações existentes. Os economistas Smith, Senyor e Mill (apud PIMENTA, 1981) afirmam que o sujeito tem total liberdade de escolha e, com isso, escolhe a profissão/ocupação que acarretará maiores benefícios, isto é, as profissões que oferecem maiores salários. Além disso, as ocupações que oferecem os melhores salários

são as que têm menos trabalho, portanto o salário é o fator que mais influencia na escolha da profissão. As teorias cultural e sociológica, no que tange a escolha profissional, são influenciadas pela cultura e pela sociedade.

2.2 TEORIAS PSICOLÓGICAS

As teorias psicológicas avaliam as decisões internas do sujeito que explicita suas escolhas. Para Bock (2006), o indivíduo:

(...) teria papel ativo (ou parcialmente), e as condições socioeconômico-culturais teriam uma função secundária no processo. Essas teorias que serão alvo de análise por parte dos estudiosos, porque pressupõem efetiva participação do sujeito e preveem (não necessariamente em todos os casos) uma atuação de profissionais no sentido de facilitar e/ou dar sentido “científico” ao processo de escolha das pessoas (BOCK, 2006, p. 28).

Assim, as teorias psicológicas serão brevemente apresentadas e, conforme Crites apresentam-se em: teoria de traço e fator, teorias psicodinâmicas, teorias desenvolvimentistas e teorias de decisão.

2.3 TEORIA TRAÇO E FATOR

A primeira, Teoria traço e fator, dá início à área da Orientação Profissional apresentando um procedimento lógico e prático para a escolha, pois pressupõe que:

- a) os indivíduos diferenciam-se entre si em termos de habilidades físicas, aptidões, interesses e características pessoais;
- b) as ocupações também se diferenciam entre si, cada uma exigindo, para um desempenho produtivo, que o profissional apresente aptidões, interesses e características pessoais requeridas pela profissão;
- c) é possível conduzir à compatibilização ideal dessa dupla ordem de fatores através de um processo racional de escolha. Ferretti (1988, apud Bock, 2006).

A partir dessa teoria se deu fundamento aos denominados testes vocacionais. Como diz Bock (2006), apesar de ser criticado, ainda é utilizado na escolha profissional. Afirma-se que as aptidões, os interesses e os traços de personalidade são inatos.

A ideia de escolha é semelhante ao modelo médico, que “radiografa” o indivíduo, analisa os dados coletados e os sintomas, realiza um diagnóstico e, por fim, propõe um

prognóstico, como afirma Bock (2006), o sujeito com interesse no resultado não decide, mas tem a opção de aceitar ou não o conselho do profissional.

Em geral, os instrumentos mensuram as aptidões, testam os interesses do indivíduo e descrevem a “personalidade”. No manual dos testes de aptidões específicas DAT (Differential Aptitude Tests), o conceito de aptidão é definido como:

condição ou conjunto de características consideradas sintomáticas da habilidade com que um indivíduo (mediante treinamento) pode adquirir conhecimentos, destrezas; conjuntos e reações usualmente especificadas, como a habilidade de falar um idioma estrangeiro, de compor música (Bennet, Seashore & Wesman, apud Bock, 2006, p. 29 e 30).

Neste manual, critica-se a ideia de que as aptidões sejam abrangidas somente como algo que o indivíduo traz com ele ao nascer, isto é, inatas. Para o teste, o importante não é a origem das características do sujeito, pois o fundamental é mensurá-las, afirma Bock.

Para Santos, a aptidão é definida como “habilidade natural para determinado gênero de atividade e que depende de muitos fatores para transformar-se em capacidade real e efetiva”. Isto é, conforme o autor, a capacidade é uma habilidade obtida a partir ou não de uma aptidão. Santos (1974, apud Bock, 2006)

Além disso, o autor afirma que o interesse profissional é a “preferência por determinado tipo de atividade”. Ele diz ainda que os interesses tendem a se consolidar no final da adolescência e mantêm-se durante o período da “maturidade”.

Santos descreve várias formas de conceituar personalidade, apontando que existem desde as fisiológicas até as psicológicas; define-a como um “conjunto integrado, dinâmico e funcional, de todos os atributos físicos e psíquicos que caracterizam o indivíduo e que o diferenciam dos demais”. Santos (1974, apud Bock, 2006)

2.4 TEORIAS PSICODINÂMICAS

Bock (2006, p. 32) afirma que “as teorias psicodinâmicas buscam explicar como os indivíduos constituem sua personalidade e, por isso, como se aproximam das profissões.” A partir da fundamentação na psicanálise, entende-se o desenvolvimento das aptidões, interesses e características de personalidade do indivíduo, que ocorrem, principalmente na primeira infância. O autor afirma, também, que os indivíduos constituem sua individualidade através das relações com o meio em que vivem. Com isso, essas teorias representam uma superação inatista de personalidade.

Além disso, segundo Bock (2006), Pimenta (1979) e Silva (1996) – os representantes destas teorias – aproximavam as teorias de Freud e seus seguidores ao apresentarem modelos de personalidade que relacionavam características da primeira infância com as profissões.

Para Pimenta (1979, apud Bock, 2006), “a pessoa independente poderá procurar um emprego no comércio ou em profissões onde possa exercer liderança e iniciativa”. O autor cita, ainda, alguns outros tipos de personalidade relacionada à escolha profissional. Contudo, no Brasil, segundo Bock (2006), estas teorias não obtiveram êxito nas práticas de orientação profissional.

2.5 TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS

Bock (2006, p. 33) afirma que “as teorias desenvolvimentistas surgem em 1950, como alternativa à abordagem dos traços e fatores”. Nesta teoria, defende-se a ideia de desenvolvimento vocacional. Para Bock, o processo de desenvolvimento vocacional dura a vida toda. A questão profissional transcorre o ciclo de vida do indivíduo.

Ginzberg et al. (1976), o introdutor da visão evolutivista, divide o desenvolvimento vocacional em três estágios: “escolha fantasia” (infância até os onze anos), “tentativas de escolhas” (dos onze aos dezessete) e, por último, o “realista” (dezessete anos), estágio que apresenta as fases sucessivas de exploração, cristalização e especificação (BOCK, 2006, p. 33).

Para Ferreti (1988, apud Bock, 2006), “o processo termina quando há compatibilidade entre interesses, capacidades, valores e oportunidades ocupacionais”. Segundo Super (1976, apud Bock, 2006), autor representativo desta concepção, “as ocupações exigem, para seu exercício, que o indivíduo tenha certas características. Isto permite certa variedade de indivíduos para cada ocupação”. A principal tese de Super é de que os indivíduos procuram profissões que tendem a demonstrar em questões ocupacionais a representação que têm de si mesmos, mas para algumas pessoas é uma tentativa de atualizar a imagem ideal que a imagem real tem de si mesmo. Pelletier, Noiseux e Bujold (1977, apud Bock, 2006)

Bock afirma, ainda, que para Super, “o desenvolvimento vocacional se dá por meio de estágios por ele denominados de crescimento, exploração, estabelecimento, manutenção e declínio”.

O enfoque operatório é introduzido por Pelletier, Noiseux e Bujold (1977), que propõem a operacionalização do estágio de exploração descrito por Super. A partir do modelo de intelecto proposto por Guilford, estes autores propõem as seguintes tarefas como evolutivas deste estágio: exploração, cristalização, especialização e realização (BOCK, 2006, p. 34).

Para explicitar estas tarefas evolutivas, segue a exemplificação de cada uma delas, segundo os autores. Por exploração: “descobrir que existem, no meio imediato e na sociedade em geral, problemas para resolver e tarefas para realizar (sensibilidade aos problemas)”. Por cristalização: “constatar a necessidade de fazer escolhas”. Por especificação: “identificar os valores e as necessidades subjacentes aos comportamentos”. E, por último, por realização: “rever as etapas de decisão e rever sua estabilidade e certeza”.

Bock afirma que “o enfoque operatório acredita na educabilidade das habilidades que são necessárias ao desenvolvimento de uma boa escolha”. O autor assegura, também, que o que se visa é maturidade vocacional.

2.6 TEORIAS DECISIONAIS

Para Bock (2006, p. 36): “as teorias decisórias importam seus pressupostos da administração de empresas e da economia visando à racionalidade das escolhas. Assim, a decisão deve ser fruto de análise minuciosa dos elementos que intervêm no processo”.

Esta racionalidade proposta prevê uma etapa chamada preditiva, como afirma Bock, onde se identificariam as possibilidades e analisariam as consequências; a segunda etapa, a avaliativa, analisaria a “desejabilidade” das consequências na etapa anterior e, por fim, a decisória, que avaliariam as decisões e finalmente chegaria a uma escolha.

A concepção, segundo Bock (2006, p. 37), propõe que o orientador profissional deve ajudar o indivíduo: “a) a analisar os dados capazes de constituírem bases adequadas para se estabelecer uma decisão; b) a coligir informações que possam sugerir novas alternativas; c) a determinar empiricamente a utilidade de cada decisão”.

Para Pelletier, Noiseux e Bujold (1977), essa visão não estabelece uma teoria de escolha profissional, mas que estas teorias estão relacionadas ao entendimento dos procedimentos da escolha, das etapas, que essencialmente precisam ser superadas para a tomada da melhor, mais ponderada e racional decisão.

Segundo Giacaglia:

Diante de alternativas, e pressupondo liberdade para escolher, munido de conhecimento sobre si próprio e sobre o mundo dos

cursos e das profissões, cabe ao orientando, com o auxílio do orientador, a tarefa final, que é a da escolha. teorias da decisão preocupam-se com esse problema (GIACAGLIA, 2003, p. 91).

Nesse sentido, a autora (2003) afirma que essa teoria preocupa-se com a questão de instruir e treinar o jovem para que este tenha mais segurança às escolhas futuras e às passadas também, pois é importante que o indivíduo assegure-se sobre as escolhas realizadas, segundo a teoria da dissonância cognitiva de Festinger.

2.7 TEORIAS GERAIS

As teorias gerais tentam entender a escolha profissional determinada ora por aspectos psicológicos, ora por aspectos socioeconômicos. Entretanto, não formulam novas abordagens, mas justapõem as anteriores. O autor diz, ainda, que segundo Crites, as teorias não dão ênfase somente a um destes aspectos para explicar a inserção do sujeito em uma profissão (Bock, 2006).

Blau (citado como representante desta linha) apresenta um questionamento acerca do “por que será que as pessoas abraçam diferentes profissões?” Blau (1976, apud Bock, 2006). Blau afirma, também, que não está propondo uma nova teoria sobre a escolha profissional, pois são necessárias pesquisas empíricas e, no caso, não foram realizadas. Para Bock, Blau não traz inovações para a compreensão do fenômeno, porém procura ligar os determinantes psicológicos com os externos para a sua compreensão.

O questionamento sobre as pessoas optarem por distintas ocupações é argumentado por Blau e seus colaboradores que afirmam que tanto o processo de escolha como o de seleção de pessoal devem ser considerado para compreender a questão apresentada.

Segundo os autores, a estrutura social tem resultados em duas diferentes ordens para a escolha de uma profissão. A primeira: influencia o desenvolvimento da personalidade e a segunda: determina as condições socioeconômicas no tempo em que ocorrerá a seleção profissional. Apesar disso, estas duas ordens acontecem em momentos distintos da vida do indivíduo: a primeira ocorre na infância, isto é, em tempos passados. E a segunda ocorre sempre no presente, no tempo atual.

Os valores que orientam os esforços de uma pessoa e suas aspirações podem ter-se desenvolvido num período de prosperidade, mas ela deverá estar preparada para manter-se firme na adversidade. Blau (1976, apud Bock, 2006).

2.8 NOVA CLASSIFICAÇÃO DAS TEORIAS

Crites elaborou uma classificação, apresentada anteriormente, e foi utilizada por autores brasileiros como fonte de referência para a abordagem das teorias em orientação profissional (Bock, 2006, p. 41). No entanto, o autor afirma, ainda, que a classificação necessita de fundamento mais consistente, pois sugere uma dissociação entre indivíduo e sociedade que, de certa forma, obriga a tomada de posição em relação ao aspecto mais determinante na escolha profissional. Para o autor, Crites refere-se às teorias psicológicas como determinadas vertentes e, que não por acaso, ressaltam somente o “contexto interno” do indivíduo.

Bock (2006) afirma que uma nova classificação das teorias é proposta sob as concepções subjacentes de indivíduo e de sociedade em que se baseiam. Na classificação de Crites há um posicionamento sobre qual variável seria mais determinante na escolha profissional do indivíduo, se as econômicas sociais ou as individuais, sem uma análise mais fundamentada dos valores envolvidos em cada posição.

A proposta classifica as teorias em três grupos: 1) teorias tradicionais; 2) teorias críticas; 3) teorias para além da crítica. Para Bock (2006), acredita-se que essa classificação consente o desvelamento das concepções de indivíduo e sociedade contidas em suas formulações.

2.9 TEORIAS TRADICIONAIS (ABORDAGEM LIBERAL)

Para Bock (2006, p. 42) “nas teorias tradicionais, a concepção de aproximação do indivíduo com as profissões se dá por meio do que se poderia chamar de “modelo de perfis”. Este modelo entende que uma boa escolha é aquela que resulta da harmonia mais perfeita entre um perfil profissional ou ocupacional e o perfil pessoal, delineado a partir de qualquer técnica ou instrumento”. O autor explica que o indivíduo, a partir de uma determinada idade, teria suas características pessoais cristalizadas, traços específicos de personalidade, aptidões e interesses determinados. Com isso, seria possível a comparação deste perfil pessoal com os diversos perfis ocupacionais preexistentes.

Em uma publicação, no Guia do Estudante (1996), há um capítulo chamado “Para o que é que eu levo jeito?”, onde “descobrir coisas sobre o seu modo de ser ajuda muito a acabar com as dúvidas”. Segundo Bock (2006, p.44), “cada perfil é seguido por uma lista de

profissões que aparecem em cores diferentes, classificando-as segundo o critério das áreas de conhecimento (humanas, exatas, biológicas, agrárias e artes)”.

O perfil do indivíduo que vive o dilema da escolha profissional deve ser analisado. Bock (2006, p. 45) afirma que “por meio de testes e/ou inventários, entrevistas dramatizações, letra (grafologia), por “mapa astral”, ou ainda por qualquer outra técnica, é estabelecido o perfil do indivíduo: traços de personalidade, aptidões e interesses são diagnosticados”. O autor diz, também, que a escolha da profissão pode ser considerada uma atividade de comparação. Procura-se a “fôrma” (perfil ocupacional) que melhor se ajusta ao perfil pessoal levantado. Ao contrário da seleção profissional que aparece com a “fôrma” estabelecida e seleciona-se alguém para determinada função. Procura-se os indivíduos (perfis pessoais) que se ajusta melhor à fôrma (perfil ocupacional).

Nesse sentido, Bock (2006) afirma que a função da orientação profissional, nesta abordagem, seria de ajudar o indivíduo a conhecer-se, isto é, conscientizar-se de suas características pessoais, além de ajudá-lo a conhecer as profissões.

Para Bock (2006), este modelo é estático tanto no que se refere às profissões quanto ao indivíduo. Os perfis se atualizam, mas dificilmente conseguem sair da generalidade e superficialidade. Este modelo espera que as pessoas não mudem muito a partir do fim da adolescência, mantendo suas características pessoais durante toda a vida.

Na visão liberal, o indivíduo tem a possibilidade de superar os limites colocados pela realidade, e a escolha, se apropriada, garantiria melhoria na condição de vida.

A sociedade é entendida com um conjunto de camadas sociais sobrepostas e ordenadas em forma de pirâmide que possibilita o ascenso ou descenso social. A escolha profissional é anunciada como um dos fatores fundamentais para o deslocamento social (para cima ou para baixo, de acordo com a qualidade de decisão) e, por isso, a orientação profissional far-se-ia necessária, isto é, ajudaria o indivíduo a localizar ou descobrir sua “vocação” para ter chances de “subir na vida” (BOCK, 2006, p. 49).

2.10 TEORIAS CRÍTICAS

Segundo Bock (2006), as teorias críticas surgidas, no Brasil, no final da década de 70 e início de 80, têm caráter examinador das teorias tradicionais ou liberais, apresentando o caráter ideológico destas teorias.

“Mais do que propostas (apesar de apontarem algumas saídas), estas teorias propõem-se a analisar, de forma radical, as teorias então existentes, desvelando as

concepções, quase nunca explícitas, de ser humano e sociedade nelas contidas” (Bock, 2006, p.50).

Estas teorias surgiram no momento em que o Brasil vivia a ditadura militar. Bock (2006, p. 50) afirma que a escola, nesse período, “é centralmente vista (pelos teóricos de esquerda) como aparelho ideológico do Estado, que tem como função principal a manutenção do *status quo* e a transmissão dos valores e crenças da classe dominante”. Nesta perspectiva, os principais teóricos são Althusser (1983), Bourdieu & Passeron (1975) e no Brasil, Luiz Antonio Cunha com uma análise crítica da função da educação escolar e, por consequência, da orientação profissional (função reprodutivista).

Bock (2006) afirma que Cunha (1977) examina a escola sob os princípios da visão liberal, de que a política educacional se diz defensora. Cunha aplica princípios para verificar se a escola consegue implantá-los. O primeiro princípio do individualismo “considera o indivíduo enquanto sujeito que deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios, atualizados ou em potencial” Cunha (1977, apud Bock, 2006). O segundo princípio é o da liberdade que está alicerçado no postulado do individualismo. “Pleiteia-se, antes de tudo, a liberdade individual, dela decorrendo todas as outras: liberdade econômica, intelectual, religiosa e política. Para essa doutrina [o liberalismo] a liberdade é condição necessária para a defesa da ação e das potencialidades individuais, enquanto a não-liberdade é um desrespeito à personalidade de cada um” Cunha (1977, apud Bock, 2006). A propriedade é outro aspecto da doutrina e é entendida como “direito natural do indivíduo”. A igualdade defende que “todos têm, por lei, iguais direitos à vida, liberdade, à propriedade, à proteção das leis”. E a democracia, por fim, é “exigida pelos princípios anteriormente descritos, isto é, para usufruir do individualismo, da à liberdade, da propriedade, da igualdade, há a necessidade de democracia” (Bock, 2006, p. 51).

Bock (2006, p. 51): “a escola pretendida pela teoria liberal e pela política educacional como responsável pela equalização de oportunidades”. Bock afirma, ainda, que, no entanto, Cunha contradiz esta visão, ao apontar que esta escola é incapaz de agir segundo os próprios princípios que estabelece, apontando que:

a análise do papel atribuído à educação de instrumento de equalização de oportunidades, pela doutrina liberal, pela pedagogia da escola nova e pelo estado, mostrou ter essa atribuição a função ideológica de dissimular os mecanismos de discriminação da própria educação, bem como os da ordem econômica (Cunha, 1977 apud Bock, 2006).

Cunha apresenta cinco pontos que desmascaram o discurso de que o papel da educação seria o de corrigir as “distorções” provocadas pelo capitalismo, a escola, ao contrário, reproduz e justifica esta ordem junto ao seu alunado e suas famílias:

1) as chances de escolarização são desiguais pelo país afora; 2) onde a escolarização atinge uma grande parte da população, há desigualdade na qualidade do ensino oferecido; 3) as aptidões das pessoas não são características inatas (...); 4) os processos de avaliação premiam atitudes (...) e 5) dizer que são razões de ordem intelectual que barram o progresso (escolar) de alguns (...) (BOCK, 2006, p. 52).

Assim como Celso Ferretti analisa as teorias em orientação profissional Cunha faz com a escola. A partir dos pressupostos teóricos da orientação vocacional, dos princípios do liberalismo e a realidade mostrada por inúmeras pesquisas, bem como a própria vivência, conclui que a orientação profissional toma como postulado as premissas do liberalismo. Para Bock (2006, p. 52), “constata-se que a sociedade concreta não oferece igualdade real de condições, que não há liberdade de escolha e que essa individualidade, em termos de talentos, personalidade, aptidões e habilidades, também é questionável”. Portanto, é uma ação mais voltada ao efeito ideológico do que de contribuição ao indivíduo e suas escolhas.

Pimenta, outra importante autora para a história recente da orientação profissional no Brasil, realiza uma crítica diferente. Para Bock (2006, p. 53), “ao examinar as teorias, percebe que as mesmas propõem-se a explicar descritivamente a escolha profissional das pessoas, mas que, na realidade, ficam apenas no aspecto psicológico”. Bock afirma ainda que Pimenta considera que o indivíduo não se reduz apenas à psicologia e, com isso as teorias não permitem abordar e explicar a complexidade que é a pessoa.

Segundo Bock (2006, p. 55), “a perspectiva crítica, a visão tradicional ou liberal percebe o indivíduo como ser autônomo em relação à sociedade”. Isto é entendido como desde o nascimento o indivíduo trazer potencialidades que poderão ser desenvolvidas com a orientação profissional.

Além dessa visão inatista, Bock (2006, p. 56) afirma que “a perspectiva tradicional tende a naturalizar os fenômenos que são históricos”. As diferenças entre, por exemplo, homens e mulheres, no que tange características de personalidade, interesses, entre outros são naturalizados.

Bock (2006) diz que a perspectiva crítica questiona o conceito de sociedade que a abordagem tradicional utiliza, além disso, critica a visão de aproximação dos indivíduos com as profissões e ocupações presente no modelo dos perfis. Para o autor (2006, p. 59), “a perspectiva crítica denuncia a ação puramente ideológica da orientação profissional

tradicional”, uma vez que esta orientação “coloca em xeque a concepção de que os indivíduos escolhem suas profissões” (p. 61).

2.11 TEORIAS PARA ALÉM DA CRÍTICA

Para Bock (2006, p. 67), “a perspectiva das teorias para além da crítica é superar a dicotomia entre o indivíduo e a sociedade apontada anteriormente”. Nesse sentido, é proposta uma nova abordagem denominada “sócio-histórica”, que aceita as formulações apresentadas pelas teorias críticas, mas aponta ser necessário um avanço na compreensão da relação indivíduo-sociedade de forma lógica.

Bock (2006, p.68) afirma que “a abordagem sócio-histórica, da mesma maneira que a perspectiva crítica, questiona a forma de aproximação dos indivíduos com as ocupações por meio do modelo de perfis, não por negar o indivíduo, mas por negar a concepção liberal de indivíduo”. Esta abordagem, assim como a perspectiva crítica, compreende que as profissões e ocupações não são perenes e imutáveis.

Vygotsky, o principal representante dessa abordagem:

tem como um dos seus pressupostos básicos a idéia de que o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social. A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem (Oliveira, 1992 apud Bock, 2006).

Bock (2006) afirma que para a abordagem sócio-histórica, não há conflito entre a sociedade e o indivíduo. Vygotsky utiliza a expressão “personalidade social” para explicar que as funções superiores resultam da internalização do social: o que era inter-subjetivo passa a ser intra-subjetivo, onde esse processo é mediado pela linguagem.

Na perspectiva sócio-histórica, o conceito de vocação pode ser expresso assim: “a vocação do ser humano é exatamente não ter outras vocações” (Bock, 2006, p. 73). Nesse sentido, Bock (2006) afirma que o ser humano nasce determinado biologicamente para nenhuma profissão ou ocupação.

Aguiar & Bock (1995) discutem a função da orientação profissional segundo a visão da Psicologia em bases sócio-históricas. Consideram-na como uma intervenção para a promoção da saúde, superando o conceito de prevenção que, segundo as autoras, ainda tem como referência a doença, a patologia, que por isso deveria ser prevenida (Bock, 2006, p. 74-75).

Portanto, a teoria sócio-histórica trabalha a perspectiva crítica e subjetiva equilibradamente, quer dizer, trabalha o sujeito no seu contexto social e considera a multideterminação deste sujeito.

2.12 A ABORDAGEM ORIENTAÇÃO PARA CARREIRA

O Movimento de Educação para a Carreira surge nos EUA, no século XX, como uma resposta às demandas da sociedade por reformas educacionais que reduzissem a distância entre educação e vida profissional (MUNHOZ e MELO-SILVA, 2011).

Um esforço do sistema educativo e de toda a comunidade dirigido a contribuir para a reforma educativa ajudando as pessoas com atividades na sala de aula, a relacionar educação e trabalho e a adquirir competências gerais para um positivo desenvolvimento da carreira, de forma a permitir a cada um fazer do trabalho, remunerado ou não, uma parte significativa do seu estilo de vida (Hoyt, 2005, p. 24).

Essa definição, embora não advenha de um consenso, reflete os esforços de uma tendência educacional voltada à orientação educacional para o desenvolvimento de carreiras, no contexto das novas relações entre o conhecimento, a formação acadêmica e o mundo do trabalho, que surgem no século XXI.

2.13 A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

As transformações do mundo trabalho, especialmente relacionadas a implantação das novas tecnologias causaram impactos na formação dos trabalhadores, na educação e, na formação dos orientadores educacionais.

Ferretti reflete sobre a grande presença das teorias psicológicas na orientação educacional, no campo relativo à orientação profissional e da importância de se conhecer o mundo do trabalho para que o jovem possa fazer a escolha profissional consciente. Além disso, Ferretti afirma que “a informação profissional tem sido sempre associada a um processo mais amplo que se denomina orientação profissional” (FERRETTI, 1992, p. 53). Os objetivos da orientação profissional parte da escolha para a reflexão sobre o trabalho.

O mal-entendido que pode originar-se desse fato é superável se se compreender, em primeiro lugar, que o deslocamento do objetivo da orientação profissional (...) não implica necessariamente a negação do papel que a orientação profissional e a informação profissional podem

representar no processo de decisão, nem na negação da desejabilidade e da possibilidade da escolha consciente (FERRETTI, 1992, p. 53).

Nesse sentido, Ferretti (1992) afirma a necessidade de refletir sobre o trabalho para que as escolhas estejam relacionadas aos seus anseios e, principalmente, para que sejam feitas de maneira consciente.

Melo-Silva e outros tratam das transformações do trabalho com a entrada das tecnologias e a importância da formação dos orientadores profissionais. Entretanto, o trabalho destes profissionais não tem tido a visibilidade necessária para que as autoridades possam incluir a orientação profissional como algo importante na formulação de políticas públicas de educação. Em outra perspectiva, “surgem no Brasil, novos atores sociais e novos espaços institucionais no mundo do trabalho e, conseqüentemente, possibilidades ampliadas de inserção do orientador profissional” (MELO-SILVA, 2004, p. 47). Contudo, é necessário o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de políticas públicas para essa área e outras do conhecimento.

Melo-Silva (2004) afirma que no contexto educacional e atual é crescente o foco no trabalho e nas novas tecnologias. Com isso, questiona-se “como o orientador profissional pode auxiliar as pessoas a lidar com a concomitância entre as profundas transformações no mundo do trabalho e o modelo ainda tradicional na relação homem-trabalho”? (MELO-SILVA, 2004, p. 47). A resposta está relacionada à formação e capacitação do orientador profissional, a realização e resultado das pesquisas para os profissionais, políticas públicas que tornem a orientação acessível a quem necessita, visando não somente o Ensino Médio, como todos os níveis de educação.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

- **Método:**

- ✓ **Dedutivo**

O objetivo desta pesquisa é abordar a Orientação Profissional, como campo do conhecimento e no contexto das mais recentes transformações do mundo do trabalho, à luz das bases teóricas da Psicologia que embasam o trabalho da Orientação Profissional na escola.

Para atingir os objetivos propostos foi adotado o seguinte conjunto de procedimentos metodológicos. Quanto ao método de investigação foi dedutivo, conforme esclarece Gil:

de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica (GIL, 1999, p. 27).

- **Instrumento utilizado: questionário**

Utilizando-se de pesquisa bibliográfica, as fontes e acesso aos dados constituíram-se de artigos científicos, dissertações, teses, livros. Dentre os instrumentos de coleta de dados foi utilizado o questionário. Conforme Gil (1999):

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa. As questões constituem, pois, o elemento fundamental do questionário (GIL, 1999, p. 128).

- **Número de participantes: 3 (três)**

Para a aplicação do questionário foram visitadas sete escolas distintas, dentre as regiões administrativas da Asa Norte, Asa Sul e Guará do Distrito Federal. Todavia, o retorno dos questionários se deu apenas em três escolas: duas na Asa Norte e uma no Guará. Em uma

das escolas da Asa Norte a entrevista foi realizada pessoalmente, na outra escola da Asa Norte o retorno do questionário foi no dia seguinte e o do Guará dois dias após.

A organização do questionário foi dada por questões abertas, e por questões abertas e fechadas. Na primeira e segunda parte há questões apenas abertas, pois são itens de identificação e formação, respectivamente, do Orientador Educacional. Na terceira parte que são questões sobre a prática deste profissional há questões abertas e fechadas pelo interesse em conhecer as escolas no sentido de que há ou não ações de responsabilidade social. Na quinta parte que é sobre a Orientação Profissional há também questões abertas e fechadas, no sentido de saber se os Orientadores Educacionais consideram que os estudantes do Ensino Médio estão suficientemente informados para fazer uma escolha profissional. E a sexta parte, sobre o trabalho na atualidade, também apresenta questões abertas e fechadas com intuito de compreender se o Orientador Educacional considera importante a escolha profissional e se os estudantes do Ensino Médio possuem informações suficientes sobre o Mundo do Trabalho para fazer a escolha profissional.

- **Procedimentos: campo/aplicação do questionário**

A coleta/produção de dados foi, prioritariamente, a partir da aplicação de questionários; a sistematização foi realizada em tabelas e gráficos que compõem a pesquisa. Os instrumentos de coleta de dados da pesquisa bibliográfica foram documentalmente registrados; já a pesquisa de campo foi realizada por meio de questionários produzidos e distribuídos ao público-alvo da pesquisa, presencialmente. A análise dos dados foi teórica e estaticamente analisados, utilizando-se do *software* MSEXcel.

3.1 AMOSTRA E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos dessa pesquisa são Orientadores Educacionais da rede pública do Distrito Federal. A pesquisa teve o intuito de entrevistar 10 Orientadores Educacionais na reunião da EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação), onde ocorrem semanalmente às sextas-feiras reuniões. Contudo, não foi possível realizar a aplicação dos questionários, pois os Orientadores não se encontravam na EAPE, e sim, em uma reunião de confraternização natalina em outro lugar. Os entrevistados foram três Orientadores Educacionais de regiões administrativas diferentes.

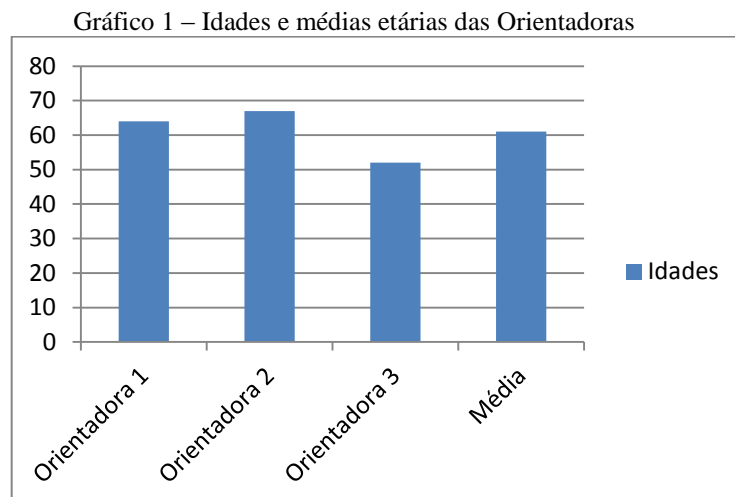
A pesquisa sobre o tema da Orientação Profissional sustentou-se na construção na aplicação de um questionário (Anexo I), juntamente à orientação deste trabalho de conclusão de curso. A pesquisa teve por intuito verificar e analisar a formação e as variantes práticas de uma amostra de Orientadores Educacionais da rede educacional pública do Distrito Federal (DF), principalmente no que tange a atuação destes profissionais na área da Orientação Profissional, particularmente com relação à escolha profissional dos estudantes do Ensino Médio e sua articulação com o mundo do trabalho.

A tentativa de aplicação dos questionários continuou na semana seguinte na Asa Sul e na Asa Norte, porém em algumas delas, houve desencontro com os Orientadores Educacionais.

A pesquisa foi possível com duas Orientadoras Educacionais, em duas Escolas da Asa Norte, que responderam ao questionário tranquilamente, e com uma Orientadora Educacional do Guará II que pediu um tempo para responder ao questionário para que pudesse colaborar com a pesquisa.

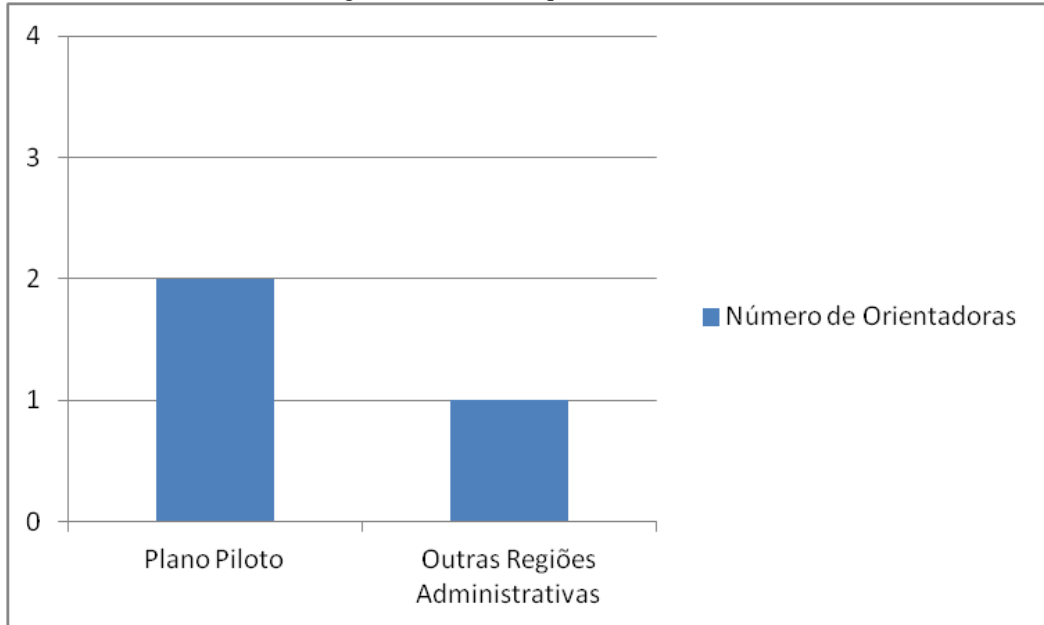
3.2 ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS

Na primeira parte do questionário, há questionamentos de identificação dos Orientadores Educacionais. A partir do nome e das respostas evidencia-se que o número total dos respondentes foi de mulheres, isto é, pode-se observar que a profissão de Orientador Educacional é majoritariamente de mulheres. A partir da idade das respondentes do questionário tem-se que a idade média delas é de 61 anos, variando entre 52 e 67 anos. Nesse sentido, a faixa etária pode estar ligada ao fato de que a Orientação Educacional foi introduzida nas escolas na década de 70 com a Lei 5.692/71.



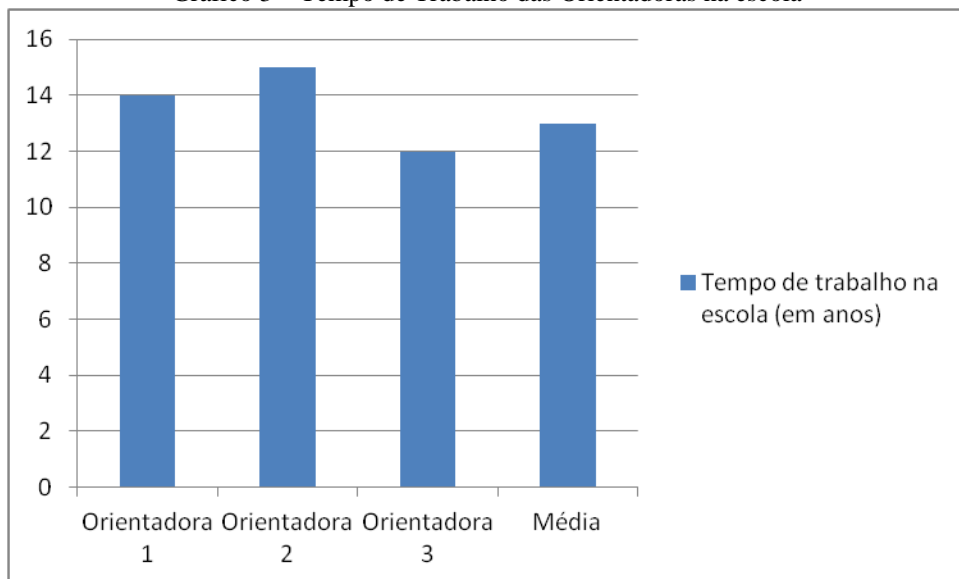
Ao referir-se à escola em que trabalham pode-se constatar que duas das Orientadoras trabalham na região do Plano Piloto – DF.

Gráfico 2 – Região da escola em que trabalham as Orientadoras



Em relação ao tempo em que trabalha na atual escola foi possível concluir que a média de tempo das respondentes do questionário é de 13 anos.

Gráfico 3 – Tempo de Trabalho das Orientadoras na escola



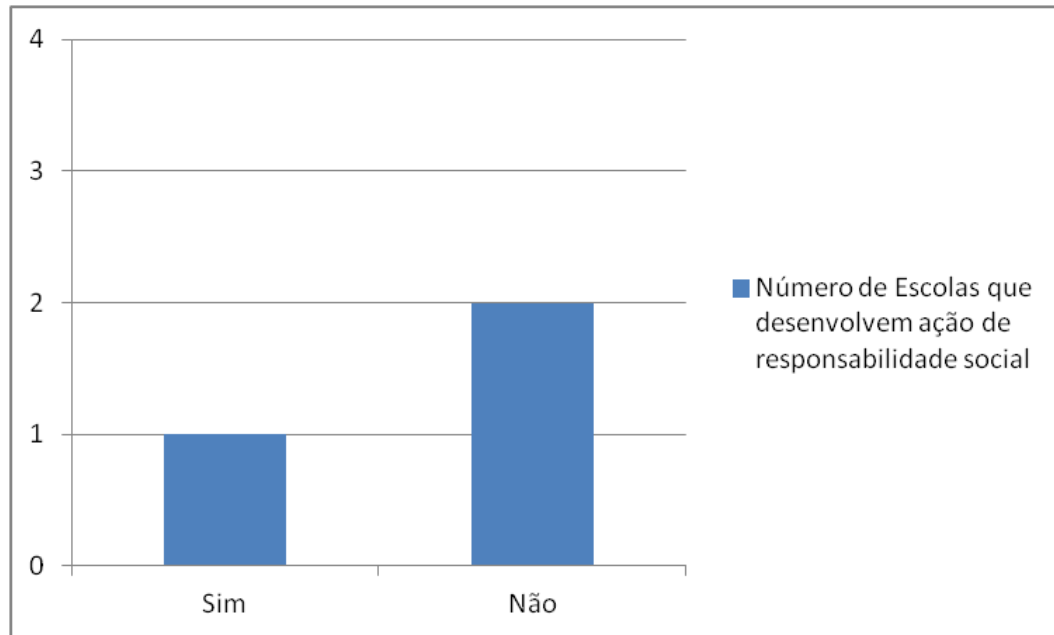
Em relação à formação dos Orientadores Educacionais, as respondentes afirmaram que a opção pelo curso de Pedagogia se deu pela identificação com o Magistério e a área de Orientação Educacional. A localização da instituição de ensino em que cursaram Pedagogia foi de duas das respondentes que estudaram em Minas Gerais e uma no Rio de Janeiro. Em relação ao ano em que se formaram, apenas uma respondeu que teria sido no ano de 1985, outra não se lembrava e a outra não respondeu. Dentre as eventuais habilitações do curso de Pedagogia e da graduação; duas Orientadoras responderam que teriam tido formação com habilitação e uma respondeu que não, mas que após o curso fez especialização em Orientação Educacional; duas delas teriam feito habilitação em Supervisão Escolar, duas em Administração Escolar e as três fizeram em Orientação Educacional. Pode-se perceber que todas têm, pelo menos, duas habilitações.

É preciso desenvolver políticas públicas, implementação e avaliação de programas e serviços, bem como capacitação dos orientadores educacionais, vocacionais e profissionais, no âmbito da Educação, da Psicologia, Administração, Ciências Sociais, entre outras áreas do conhecimento (MELO-SILVA, LASSANCE e SOARES, 2004, p. 47).

A terceira seção do questionário traz questões sobre a Prática do Orientador Educacional. Esta parte é referente às áreas prioritárias de atuação como Orientadoras Educacionais, e duas delas responderam que uma das áreas é a Orientação Profissional; além disso, houve respostas, como: sexualidade; subjetividade; orientação de estudos. Em relação à valorização referente ao significado do trabalho do Orientador para a escola e da percepção sobre a valorização da profissão, na dimensão do reconhecimento da importância, as Orientadoras acreditam serem valorizadas pela escola, pelos professores, pelos pais, pela comunidade escolar, mas falta integração com os coordenadores pedagógicos.

Ao questionar sobre as teorias que embasam o trabalho destas Orientadoras Educacionais, algumas afirmaram que esse trabalho é realizado por meio de pesquisas acadêmicas; publicações e palestras sobre cursos. Em relação a terceiros realizando o trabalho da Orientação Profissional de ações de responsabilidade social, a maioria respondeu negativamente à questão, uma delas afirmou que a escola em que trabalha abriria espaço para pensar no protagonismo juvenil.

Gráfico 4 – Número de Escolas que desenvolvem ação de responsabilidade social



A quarta seção apresenta questionamentos acerca da Orientação Profissional. Em relação ao preparo no curso de Pedagogia para trabalhar com a Orientação Profissional, identificamos que apenas uma Orientadora afirma que o curso proporcionou essa experiência; outra Orientadora afirma que o curso de especialização a preparou para atuar nessa área e outra afirma não ter sido preparada em seu curso.

Em relação ao fato de o Orientador ter espaço na escola para a Orientação Profissional, as Orientadoras Educacionais afirmaram haver espaço, mas que faltam recursos, tais como: ambiente apropriado; testes vocacionais; pessoas capacitadas; recurso material. Essas informações apresentam a concepção de que a Orientação Educacional ainda está pautada nas teorias psicológicas, pois os testes vocacionais são apontados. Além disso, uma Orientadora respondeu que o espaço surge no momento em que ela apresenta uma proposta à direção e aos professores, afirmando oferecer bons profissionais para realizar esse tipo de atividade com os alunos. Considerando à importância do trabalho com a Orientação Profissional as Orientadoras afirmam ser importante. E ao justificar falam da necessidade de colocar profissionais qualificados no mercado de trabalho; da importância da escolha profissional; do autoconhecimento entre outros. As Orientadoras Educacionais não consideram que os estudantes do Ensino Médio estejam preparados para fazer uma escolha profissional, justificando que há falha de recursos materiais e humanos; por falta de um trabalho contextualizado e interdisciplinar das diversas disciplinas.

A última parte do questionário é sobre o trabalho na atualidade. Em relação à importância da escolha profissional todas responderam que sim. Ao justificar responderam que é preciso pessoas capacitadas e que gostam do que fazem; é importante o aluno se conhecer, conhecer seus valores e sonhos para estar aptos a escolherem suas profissões. Nesse sentido, percebe-se a importância da informação do mundo do trabalho aos estudantes.

Em verdade, a informação profissional usualmente liberada aos alunos e à população em geral é mais pobre do que a proposta na definição a que estamos nos referindo (as “recompensas”, por exemplo, referem-se quase sempre somente a salários; as informações sobre padrões de promoção inexistem; são poucos os dados sobre condições de trabalho e os requisitos de admissão limitam-se a uma listagem de “qualidades pessoais” e à indicação dos níveis de escolaridade considerados necessários à atividade profissional (FERRETTI, 1992, p. 52).

As respondentes afirmam que os principais fatores que determinam a escolha profissional dos alunos são: boa orientação acerca da profissão; identificação com a escolha da profissão; fator econômico; status e interferência familiar. As Orientadoras não acreditam que os estudantes do Ensino Médio possuem informações suficientes sobre o Mundo do Trabalho para fazer a escolha profissional. E, ao explicar, afirmaram que por falta de recursos humanos da Orientação e da escola; por falta de interesse dos estudantes; por falta de acesso e referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica e a análise das respostas ao questionário aplicado como subsídio ao desenvolvimento deste trabalho permitem concluir, preliminarmente, que a formação do Orientador Educacional no Brasil carece de aperfeiçoamento, particularmente na área da Orientação Profissional, seja na formação inicial dos profissionais, seja em suas capacitações continuadas. Observa-se, em resumo, que boa parte dos profissionais de Orientação não têm, na graduação, formação adequada/específica para o exercício da Orientação, embora as respondentes tenham feito especializações em nível de pós-graduação, o que seguramente tem impacto em sua atuação profissional e na intervenção que fazem no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes sob sua responsabilidade.

Ao buscar respostas à questão da aplicação de teorias psicológicas na escola no trabalho da Orientação identificou-se que os Orientadores Educacionais não utilizam as teorias na prática. Todo o trabalho pedagógico precisa ter uma abordagem teórica que o sustente, por isso buscou-se as teorias que dão sustentação ao trabalho da Orientação Profissional. Nesse grupo estudado não há aplicação das teorias, pois eles buscam por meio de palestras, de outros profissionais a realização deste trabalho.

A não observância das teorias psicológicas no trabalho do Orientador Profissional poderia, em razão de uma eventual não apropriação do resultado da objetivação de uma ideia concebida antes da realização do trabalho, ou seja, conforme Lukács (1979) a teleologia de sua atuação, ter consequência direta e mensurável no resultado de sua intervenção junto aos estudantes, conforme apreende-se das respostas dadas à pesquisa de campo que compõe este trabalho.

Sabe-se que a realidade do mundo do trabalho desde o início do Século XXI sofreu grande ruptura com o modelo anterior, que era pautado singularmente na força de trabalho técnico, no conhecimento, pelo trabalhador, de etapas específicas da “linha de produção”, em sentido mais genérico, e no conceito puramente capitalista da “troca” do trabalho físico, em sua dimensão mecânica, por um salário. Hoje, na chamada Sociedade do Conhecimento, as profissões se transformaram significativamente e, junto delas, a realidade e a lógica do próprio trabalho, das relações com o conhecimento e o significado do “produto” trabalhista, que em muito tem valorado a troca do salário pelo conhecimento, como valor, que ele produz.

O trabalho atual na Orientação é sobre a Carreira, mas as Orientadoras Educacionais desta pesquisa não tratam dessa nova abordagem, pois a orientação para carreira

visa uma prática que aproxima a educação e a vida profissional, visto que é uma prática voltada para as escolhas educacionais e ocupacionais.

Estabelecidos os fundamentos sobre os quais se pode concluir que a formação do Orientador Profissional no Brasil carece de formação mais adequada/específica, à luz da nova realidade do mundo do trabalho no Século XXI, e sem a pretensão de enviesar ou empobrecer o discurso, sugere-se que, em pesquisas complementares a esta, investigar os elementos que poderiam favorecer ao aperfeiçoamento da formação do Orientador Profissional.

Cabem, para melhor problematização da questão, algumas reflexões: Deveriam os cursos de Pedagogia sofrer reformulação estrutural? Caberia ao sistema educacional brasileiro investir mais na formação continuada destes profissionais? Haveria espaço, no âmbito dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, para o redesenho da atuação do profissional de Orientação Profissional? Em que medida ocorre a articulação entre o saber produzido na universidade, durante a formação do professor, e a atuação desse profissional na educação como Orientador Profissional? Essas e outras perguntas devem suscitar esse debate que, seguramente, não se esgota aqui.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

A conclusão do curso superior de Pedagogia na Universidade de Brasília neste primeiro semestre de 2013 coloca-me, a princípio, dois desafios: o primeiro, e mais importante, é o de levar à vida profissional uma atuação condizente com a formação de que dispus, seja por seu caráter acadêmico, seja por suas perspectivas humanistas; o segundo, e também muito relevante, é o de fazer com que a formação continuada me permita seguir na área da Educação de maneira atual e efetiva.

Daqui por diante, a perspectiva é de seguir na Educação, no exercício da docência – onde já atuo como professora assistente e da Orientação Profissional, fazendo uso dos conhecimentos científicos e da leitura de contexto que a graduação – e, em especial, as leituras decorrentes da elaboração deste trabalho – me proporcionou.

REFERÊNCIAS

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação Profissional: a abordagem sócio-histórica.** São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FERRETTI, Celso João. **Uma Nova Proposta de Orientação Profissional.** São Paulo: Cortez, 1992.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini. **Orientação vocacional por atividades: uma nova teoria e uma nova prática.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GRINSPUN, Mírian P.S. Zippin. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** São Paulo: Cortez, 2011.

GRINSPUN, M.P.S. **Supervisão e orientação educacional.** São Paulo: Cortez, 2003.

LASSANCE, Maria Célia; SPARTA, Mônica. **A Orientação Profissional e as Transformações no Mundo do Trabalho.** Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902003000100003&script=sci_arttext> Acesso em 24 jul. 2012.

LEMOS, Flávia Abade. **Orientação Profissional.** Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2030/203016890003.pdf>> Acesso em 24 jul. 2012.

MELO-SILVA, LASSANCE e SOARES. **A Orientação Profissional no contexto da Educação e Trabalho.** Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v5n2/v5n2a05.pdf>> Acesso em 13 jan. 2013.

MILET, R.M.L. **Uma orientação que ultrapassa os muros da escola.** *Revista Ande* n. 10, 1987.

MUNHOZ, Izildinha M. S. e MELO-SILVA, Lucy L. **Educação para a Carreira: Concepções, desenvolvimento e possibilidades no contexto brasileiro.** *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, Vol. 12, No. 1, 37-48, jan./jun. 2011.

NEFFA, Julio Cesar. **Trabalho atividade e Emprego: algumas reflexões sobre um tema de debate.** Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-88931999000100007&lng=es&nrm=iso&tlng=es> Acesso em 29 jul. 2012.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. **O Orientador Educacional no Brasil.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100006> Acesso em 24 jul. 2012.

SILVA Jr. João dos Reis e GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. **Formação e trabalho:** uma abordagem ontológica da sociabilidade. São Paulo: Xamã, 2001.



Questionário

Prezado Pedagogo,

O objetivo deste questionário é colher subsídios sobre sua prática, para poder propor reflexão acerca da formação dos Pedagogos que atuarão como Orientadores Profissionais.

Sabemos que hoje o Trabalho ocupa grande parte da vida das pessoas. É central na sociedade. Por isso, gostaríamos de colher dados sobre o que a escola e em especial, a Orientação Educacional está fazendo para preparar os estudantes do Ensino Médio para ingressar no Mundo do Trabalho.

Desde já, agradeço sua colaboração!

Jessyka Ferreira

Matrícula: 09/0008154

I. Identificação:

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Escola em que trabalha: _____
4. Há quanto tempo trabalha nessa escola: _____

II. Sobre a Formação:

1. Por que escolheu fazer Pedagogia?

2. Em que Instituição cursou Pedagogia?

3. Em que ano se formou? _____

4. Quando cursou Pedagogia havia habilitações? _____

Em caso positivo, que habilitação cursou? _____

III. Sobre a Prática:

1. Como Orientador (a) Educacional quais as áreas prioritárias de atuação?

2. Para você, qual o significado do seu Trabalho para a escola? Sente que seu Trabalho é valorizado? _____

3. Quais as teorias que ajudam o seu Trabalho como Orientador na área Profissional?

4. Na escola em que trabalha, há ações de responsabilidade social desenvolvida por alguma empresa?

Sim: Não:

Em caso afirmativo: Qual empresa? Quem faz? Como é feita?

IV. Sobre a Orientação Profissional:

1. A sua formação em Pedagogia o (a) preparou para atuar com Orientação Profissional? _____

2. Acredita que o Orientador Educacional tem espaço na escola para a Orientação Profissional? _____

3. Por que? _____

4. Considera importante o Trabalho com Orientação Profissional? _____

Justifique: _____

5. Você considera que os estudantes do Ensino Médio estão suficientemente informados para fazer uma escolha profissional?

Sim:

Não:

Justifique: _____

V. Sobre o trabalho na atualidade:

1. Você considera importante a escolha profissional?

Sim: Não:

Explique: _____

2. Na sua opinião, quais os principais fatores que determinam a escolha profissional dos alunos? Cite 3 (três) delas:

3. Para você, os estudantes do Ensino Médio possuem informações suficientes sobre o Mundo do Trabalho para fazer a escolha profissional?

Sim: Não:

Explique: _____

Brasília, novembro de 2012.

Obrigada!